



Paralisações e atos mobilizam docentes *Pág. 3*



I Encontro Nacional do GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e sexualidades do Proifes *Pág.8*



www.apub.org.br

Jornal APUB

JORNAL DO SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



Em tempos de crise, quais as saídas?

Pág. 4



Liberdade sob ameaça

Ataques a docentes e estudantes apontam para levante fascista na universidade *Pág. 3*



Laboratório do Golpe

Docentes da UERJ retratam o desmonte da instituição *Pág. 6*

Editorial

Caminhos Alternativos

2017 foi um ano desafiador para as organizações e movimentos sociais, tanto pelas diversas perdas às quais a população está sendo submetida, quanto pelos ataques que a própria militância e entidades de classe vêm sofrendo. Nas edições anteriores do Jornal da Apub, nos debruçamos sobre temas que são considerados prioritários em qualquer sociedade – saúde, educação e ciência e tecnologia. Apesar das abordagens tratarem da situação dessas áreas ante as medidas do governo Temer, também tentamos trazer reflexões acerca da importância da defesa desses temas, seja na questão do investimento público, seja na disputa dos seus significados.

Agora, finalizamos o ano pensando outras questões igualmente fundamentais para a formulação de um projeto alternativo de sociedade, como a reforma política, a financeirização da economia e o rearranjo das políticas neoliberais (pág. 04). Ainda, denunciamos avanço do fascismo no país e na Universidade, a partir de casos de ameaças a docentes e estudantes que pesquisam questões de gênero e sexualidades (pág. 03) e entrevistamos docentes da UERJ que nos trazem um contundente depoimento sobre o momento da instituição, alvo de uma política deliberada de desmonte da educação pública (pág. 06). Como todo momento de crise é também tempo de luta, aqui estão registradas algumas ações da Apub e do PROIFES-Federação no enfrentamento da conjuntura, como mobilizações nas unidades, articulação entre entidades nacionais e internacionais em defesa da educação (pág.02) e realização do primeiro Encontro Nacional do GT Direitos Humanos (pág. 08).

O próximo ano será crucial para todos e todas que defendem a retomada da nossa democracia, por isso continuaremos nas ruas e nas organizações comprometidas/os com a educação pública, a garantia dos direitos sociais, a justiça e a liberdade.

Apub mantém calendário de visita às unidades UFBA

A diretoria da Apub, com o apoio da Comissão de Mobilização (formada em Assembleia de 24 de agosto), mantém, desde outubro, um calendário de passagens nas unidades da UFBA. Nos encontros, têm sido abordados assuntos como a situação orçamentária da UFBA, os impactos da Emenda Constitucional 95 e da Reforma da Previdência para a universidade, os ataques ao serviço público e as ações de mobilização que o sindicato tem promovido, além da proposição de haver uma representação em cada unidade para fazer a interlocução entre os/as docentes e o sindicato. Já aconteceram visitas em Letras, Teatro, Nutrição, Biologia, Dança, IHAC, Creche da UFBA, Veterinária, Politécnica, IGEO, FACED, Enfermagem, ISC, ICS, Música, Contábeis e Medicina.

Paralisações e atos mobilizam docentes

Os últimos meses têm sido também de mobilização contra as reformas e a categoria docente tem se somado aos atos, atendendo às convocações das Centrais Sindicais e Frentes populares. 10 de novembro foi um dia de Greve Nacional, e a paralisação e participação na passeata no Campo Grande foi aprovada em Assembleia Geral. Também aprovada em Assembleia, a paralisação do dia 05 de dezembro foi mantida mesmo após a retirada da Reforma da Previdência da pauta de votação do Congresso. A Apub divulgou nota convocando a categoria a manter a mobilização e a atenção às manobras do governo.

Apub e PROIFES articulam resistência internacional

O contexto de ataques à educação pública não é exclusivamente brasileiro. Ciente disso, a Apub e o PROIFES têm participado de espaços internacionalizados de resistência. Em novembro, representantes do sindicato e da Federação estiveram no IV Encontro do Movimento Pedagógico Latino-Americano, que analisou o contexto atual da educação pública e a Pedagogia na América Latina para definir as lutas do movimento sindical neste segmento. O panorama da privatização e mercantilização da educação, as políticas neoliberais, a gestão democrática e a participação social, além das novas tendências educativas e os direitos trabalhistas, são alguns dos temas debatidos pelos participantes.



**APUB
SINDICATO**

JORNAL DA
APUB SINDICATO DOS
PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO
SUPERIOR DA BAHIA

Rua Aristides Novis, 44,
CEP 40210-630
Federação - Salvador - Bahia

71 3235-7433
apub@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/
apub.sindicato/
twitter.com/apubsindicato

PRESIDENTA
Luciene da Cruz Fernandes

VICE-PRESIDENTE:
Ricardo Fernandes Carvalho

DIRETORA ADMINISTRATIVA:
Danielle Souto de Medeiros

DIRETORA FINANCEIRA:
Leopoldina Cachoeira Menezes

DIRETORA ACADÊMICA:
Raquel Nery Lima Bezerra

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E CULTURA:
Hebe Alves da Silva

DIRETOR SOCIAL E DE
APOSENTADOS
Elvira Barbosa Quadros Cortes

Redação:
Anaíra Lôbo e
Carolina Guimarães
ascom@apub.org.br
WhatsApp: 71 9.9157-0037

Diagramação:
Carlos Vilmar

Impressão:
Gráfica Luripress
Tiragem:
3.500 exemplares
Fechamento da edição:
05/12/2017

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

Adicione o WhatsApp da Assessoria de Comunicação da Apub Sindicato e receba notícias e informações sobre a categoria.



71 9.9157-0037



71 3235-7433
71 9.9353-0053
apub@apub.org.br/ouvidoria@apub.org.br
www.apub.org.br
www.facebook.com/apub.sindicato
twitter.com/apubsindicato
www.youtube.com/ApubSindicato

ENQUETE

A Apub Sindicato quer saber sua opinião e sugestões sobre o Jornal.

Acesse o QR Code ao lado e participe da enquete.



RETROCESSOS

Liberdade sob ameaça

ATAQUES A DOCENTES E ESTUDANTES POR CONTA DE SEUS CAMPOS DE ESTUDO APONTAM PARA PERIGOSO LEVANTE FASCISTA NA UNIVERSIDADE

O fascismo vem mostrando suas garras e avança rapidamente na busca do controle da sociedade brasileira. Retirar direitos básicos das parcelas mais vulneráveis e empobrecidas – sendo elas compostas por negras/os, mulheres e LGBTTs – é alimento para o fascismo. Tal como desmontar as políticas de equiparação racial, de combate à violência contra a mulher e dos direitos humanos como um todo. É também sintomático ter, no Congresso Nacional, projetos inescrupulosos como a PEC 181, que criminaliza a prática do aborto em todos os casos, incluso das vítimas de estupro; e a tentativa de legalização do porte de armas de fogo, que em parte, já deu os primeiros passos com a aprovação, na Comissão da Cidadania e Justiça do Senado, para moradores da zona rural. Claro que isso tudo não acontece sem resistência de quem vem lutando há tempos para conquistar direitos e equidade, e impedir que continue imperando o machismo, o racismo, a misoginia, as lgbttfobias e demais formas de discriminação e padronização social.

É nesse contexto de ação e reação que se insere o ato realizado, no dia 22 de novembro, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - Neim e pelos Grupos de Pesquisa “História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia”, “Representações sociais: arte, ciência e ideologia” e “Trabalho, precarização e resistências / CRH”. A manifestação surgiu como uma resposta às ameaças que docentes do Neim e estudantes sofreram por conta dos seus campos de pesquisa. As tentativas de intimidação expressam a ascensão conservadora, que tenta impor suas ideias pelo medo e querem fazer retroceder uma série de conquistas no âmbito teórico e prático dos direitos sociais e civis. “A gente vê que tem um crescente ataque ao campo de gênero em geral e o Neim é um alvo bastante óbvio, porque a gente tem o único Departamento de Gênero no Brasil, um programa de pós-graduação em estudos de gênero, sobre as mulheres e feminismo. Então a gente tem sido alvo, as nossas pesquisas e projetos de extensão. E os ataques são dos mais variados: vão de chacota a agressões verbais via redes sociais e ameaças”, explicou Máira Kubík, professora do Núcleo.

A atividade representou uma articulação daqueles/as que defendem um projeto de universidade inclusiva, autônoma e gratuita; a plenária convergiu



Ato realizado no dia 22 de novembro, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA

sobre a necessidade de uma frente ampla pela liberdade, pela diversidade e pela democracia como resposta à violência autoritária. Na ocasião, os presentes manifestaram solidariedade ao docente André Mayer, da Universidade Federal de Ouro Preto, alvo de um inquérito movido pelo Ministério Público Federal por coordenar a pesquisa Liga Comunista - Núcleo de Estudos Marxistas. O caso assemelha-se ao do professor Marcos Sorrentino, da USP, que passa por processo de sindicância devido à realização, em abril desse ano, de oficina com o Movimento

dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), durante a Jornada Universitária de Apoio à Reforma Agrária. Há de se reconhecer que o Projeto Escola Sem Partido já reverbera em ações diversas no país, desde o ensino básico ao superior. O PL objetiva, a partir do controle, perseguição e punição de professores e professoras, impedir uma educação crítica, inclusiva e com pluralidade de ideias; cabe o alerta que a formação de sujeitos que não questionam, não propõem e não respeitam a diversidade é um campo fértil para o autoritarismo.

A Apub participou do ato e tem acompanhado com preocupação o contexto de ameaças. A ouvidoria do sindicato, através do e-mail ouvidoria@apub.org.br está aberta para quem desejar denunciar qualquer tipo de intimidação ou violência e a Assessoria Jurídica está à disposição para orientar a respeito das providências legais.



Em tempos de crise, quais as saídas?

Quase ninguém duvida que o Brasil enfrenta uma grave crise política, econômica e social que não parece perto de terminar. Na busca por saídas, há inúmeros caminhos e propostas – nenhum deles sendo fácil ou simplista. A lista de problemas é vasta e abarca diversos campos de conhecimento e atuação que vão desde a própria concepção de Estado, passando pela financeirização da economia, a injustiça da malha tributária, a retirada de garantias trabalhistas e sociais, a falência do sistema político, a escalada da violência urbana, sem esquecer dos oligopólios que controlam os principais veículos de comunicação e o ativismo judiciário. Aqui abordaremos os principais aspectos relacionados a esses temas, tentando apontar caminhos alternativos.

O Estado e a elite

Em constante discussão, especialmente após o golpe de 2016, a concepção do Estado brasileiro talvez seja a questão que dará o tom das demais: “Ou nós temos um Estado provedor das políticas públicas básicas, ou nós vamos ter um Estado apenas regulador. Os liberais acham que o estado tem que regular, que não cabe a ele prover”, explica o professor do IFBA e engenheiro civil, Ubiratan Félix.

A defesa dos serviços públicos pressupõe um Estado e garantidor dos direitos básicos da população. Nesse sentido, é preciso uma política econômica que responda a estas demandas, porém o Estado brasileiro é historicamente organizado e ocupado pela elite do país em função de seus próprios interesses. De uma elite agrária latifundiária, chegamos a um Estado fundamentalmente rentista. O que isso significa? O professor Antônio Ricardo Caffé da Faculdade de Economia da UFBA esclarece: “ele [o Estado] tem uma dívida pública mobiliária significativa que remunera ativos financeiros sob a forma de juros de uma forma impressionante... Como essa dívida é apropriada e como ela remunera as classes na sociedade é o que dá a tônica, dá o sentido ao processo”. Segundo ele, a financeirização é a expressão econômica mais típica e mais adequada às políticas neoliberais.

“Cada vez mais, essa conquista do Estado pelos setores conservadores formam a chamada plutocracia, que é o governo dos ricos”, define Caffé. Inclusive, mundialmente, os setores conservadores da sociedade são conhecidos por estarem firmemente ligados às finanças, são eles que controlam os chamados fundos especulativos, fundos de investimento.

A crise econômica e a dívida pública

O Brasil tem o desenvolvimento da sua economia financeirizada sob uma lógica ainda dominada pelo rentismo do Estado, fundada na dívida pública, sistema que vem gerando uma insustentabilidade fiscal e problemas econômicos graves para o país. Isso porque, mesmo as políticas sociais tendo ganhado corpo, a lógica das finanças teve todo aval e condições para avançar. Foi colocado como prioritário o cumprimento das metas fiscais, direcionadas para garantir o atendimento da lógica da financeirização, no nosso caso, do pagamento da dívida.

O professor Ricardo Caffé esclarece que “a própria fase de esgotamento desse modelo de financeirização puxado pelo Estado coincide com essas dificuldades do crescimento descomunal da dívida, que foi uma coisa [explosão da dívida] muito levantada no contexto do impeachment”. A partir

de 2014, quando a crise chegou com maior força, foram adotadas medidas de ajuste fiscal com cortes de recursos em políticas públicas e serviços sociais. Apesar disso, a elite brasileira se manteve insatisfeita, querendo a diminuição do Estado, mais desonerações para os bancos e empresas e a manutenção das altas taxas de juros, apontando para o rearranjo da política neoliberal. O golpe parlamentar veio para efetivar o desmonte do Estado com as privatizações, desestatização das empresas públicas, entrega de terras e outros recursos naturais, como pré-sal, para o capital estrangeiro/transnacional, cortes e congelamento de gastos sociais, retirada de direitos e flexibilização das leis trabalhistas, entre outras medidas.

“Posso identificar esse momento como uma crise de transição de um regime financeirizado dominado pelo Estado para um novo regime ainda não definido, apesar do seu desenho estar ensaiado, no qual a ascensão de uma economia privada tenta dominar o Brasil. Isso envolve perdas na esfera do trabalho, na nacionalização das empresas, no recuo de muitos direitos e garantias sociais, porque para além das mercadorias e serviços triviais, as grandes empresas e corporações estão invadindo a esfera dos serviços públicos sociais”, conclui Caffé.

Deve-se criar mecanismos de controle, identificando os setores que vem sendo beneficiados pela financeirização e estabelecer regras de controle financeiro. Apostar também em regimes de

crise, que são inevitáveis, pensando em uma política de austeridade que possa amparar os setores mais fragilizados e cobrar dos mais abastados. Ainda, é necessário repensar a matriz dos impostos no Brasil, estabelecendo a tributação de fortunas e patrimônios. “Quem praticamente não paga imposto no Brasil é quem ganha entre 40 e 180 salários mínimos porque são as pessoas que vivem de lucros. Os lucros no Brasil são isentos [de impostos]. São pessoas que vivem de aplicações no mercado de capital, em que o imposto varia de 15 a 22%. O trabalhador de alta renda paga 27,5%. Então quanto mais você ganha menos você paga imposto. Tem que aliviar o imposto sobre o consumo e aumentar os impostos sobre propriedade, rendimentos, juros e herança”, explica professor Ubiratan Félix.

Violência urbana e militarização

Outra face da crise econômica dentro de um Estado que opta pela extrema desigualdade social é o crescimento da violência. No caso do Brasil, o Estado não é só conivente, como também o principal promotor do uso abusivo da força letal e das execuções sumárias devido ao seu modelo de segurança pública militarizado e racista. A estratégia de dominação aposta no encarceramento em massa e no homicídio, que é verdadeiro extermínio,

“a própria fase de esgotamento desse modelo de financeirização puxado pelo Estado coincide por essas dificuldades do crescimento descomunal da dívida, que foi uma coisa [explosão da dívida] muito levantada no contexto do impeachment”. Ricardo Café

da população negra por policiais durante o trabalho, ou fora dele, pelas chamadas milícias.

De acordo com o Atlas da Violência 2017, publicado em junho pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Milhares de jovens negros do sexo masculino são assassinados todos os anos no Brasil, principalmente por armas de fogo. Os dados alarmantes são produto de um modelo dito de enfrentamento à violência e criminalidade, que pouco dialoga com outros setores da sociedade, e que representa em suma o racismo institucional e a criminalização da pobreza. “Precisamos repensar o nosso modelo de segurança pública atrelada a um projeto de mudança social, de distribuição de renda, de uma boa educação pública. É preciso ter um projeto de sociedade que pense a justiça social de fato para não cairmos na naturalização de que tem que bater, prender e matar”, argumenta o professor Cleversson Suzart da Faculdade de Educação da UFBA.

Suzart explica que a educação pela repressão é um dos pilares da corrente pedagógica tradicional, fortalecida pela Ditadura Militar e que até hoje perpassa as nossas escolas; ela busca manter os vários níveis das distintas relações de opressão. Nessa mesma corrente, estão a defesa do tecnicismo e da neutralidade científica, apregoada pela Escola Sem Partido.

Há formulações que versam sobre a concepção de um sistema de segurança pública alternativo, que desconstrua a militarização de nossa sociedade. Questionado como a educação contribui para essa desnaturalização do punitivismo e da arbitrariedade da força policial, Suzart explica: “nosso projeto de educação emancipatório pode ajudar muito nesse percurso. Mas não só, senão teremos a ilusão de que a educação é redentora, e vai resolver todos os males. Ela é parte do projeto, mas não é só isso. Porque não adianta ter educação e não ter distribuição de renda, um projeto de habitação decente que pense nas pessoas, lazer, cultura, esporte, arte, enfim. Tem que vir juntas”, conclui o professor.

As reformas necessárias

Ancoradas na lógica da desobrigação do Estado de seu papel social e da perda de direitos, as reformas Trabalhista e da Previdência têm mobilizado diversos setores, que têm lutado pela revogação de uma e fim da tramitação da outra. Para além delas, porém, também é necessário o debate sobre outras reformas estruturais, uma delas, a Reforma do sistema político. Para a coordenadora do Coletivo Brasil de Comunicação Social - Intervozes e integrante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, Bia Barbosa, é fundamental que a sociedade se aproprie desse debate: “Se não vier como uma demanda clara e contundente da população, obviamente a gente vai continuar tendo ‘reformas políticas’ como a que a gente teve esse ano: que na prática foi uma micro reforma eleitoral. Então enquanto isso não for uma agenda central na sociedade vai ser muito difícil que qualquer parlamento reflita essas demandas da população por um sistema mais representativo”, afirma. Reconhecendo as difi-

culdades de se fazer uma reforma que não seja dominada por interesses outros que não os do povo, Bia aponta a eleição de uma Constituinte Exclusiva do Sistema Político como um caminho possível, porém, não sem ressalvas: “A meu ver essa [Constituinte] parece uma alternativa mais interessante porque você afasta esse risco da contaminação do processo. Por outro lado, a gente teria que garantir que ela fosse exclusiva para fazer a reforma do sistema político e não para mexer na nossa constituição como um todo. Porque na conjuntura que a gente está vivendo, uma Constituinte nesse momento pode ser muito perigosa para ampliar ainda mais a retirada de direitos que a gente já está sofrendo”. Outro ponto importante de destaque é que a reforma política não pode abarcar apenas os mecanismos de escolha de representantes, mas também outras formas de participação popular: “A gente precisa discutir a democracia representativa, participativa - as Conferências, os Conselhos - e a gente precisa discutir a demo-

cracia direta: plebiscito, referendo, todas essas questões que precisam ser mais recorrentes no nosso dia a dia”, explica.

Aliadas à reforma política, estão ainda a reforma do judiciário, para garantir mais mecanismos de transparência, e a democratização da comunicação, que permita a multiplicidade de vozes nos debates. “A Plataforma tem um programa que passa por esses cinco eixos: a democracia representativa, participativa, a direta, a democratização do judiciário e a democratização da comunicação. A gente acha que qualquer discussão consistente sobre reforma política passa por esses eixos, senão a gente vai continuar enxugando gelo. E uma mudança no nosso sistema político seria algo tão importante para a nossa democracia que de fato ela deve ser feita com muito debate. Não pode ser feita única e exclusivamente por quem está ali dentro do congresso nacional ou por uma iniciativa exclusiva do governo federal, precisa de fato envolver a sociedade como um todo”.

Em meio à crise política, econômica e moral do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) se tornou foco e alvo das consequências nefastas de uma política de desmonte da educação pública e do funcionalismo.



O laboratório do golpe

Salários atrasados de docentes e funcionários técnico-administrativos e terceirizados, alunos sem bolsa, verbas de custeio bloqueadas e uma absoluta falta de perspectiva de resolução dos problemas têm sido desafios enfrentados pela comunidade universitária de uma instituição que se destaca tanto pela excelência acadêmica quanto pelo seu papel na inserção social de jovens de baixa renda.

Em Salvador para um seminário, Eveline Algebaile e Floriano Godinho de Oliveira, ambos docentes da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, campus de São Gonçalo, e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) tiveram uma longa conversa com a Apub a respeito da situação da universidade. O que eles traçaram foi um quadro preocupante – no limite do desesperador – de uma instituição asfixiada financeiramente e de uma comunidade combativa, mas exausta diante de contínuos revezes e atrasos de salários que chegam a até 3 meses. Profundamente conscientes do momento histórico da conjuntura e da responsabilidade que pesa sobre seus ombros diante da possibilidade da UERJ ser o teste inicial de uma política que se estenda às demais universidades públicas brasileiras, Eveline e Floriano não têm dúvidas que uma saída definitiva só será construída coletivamente. A UERJ resiste. Mas até quando?

Histórico de uma universidade popular

Para melhor compreender a gravidade do quadro atual, é necessário voltar algumas décadas. A UERJ começou seu processo de expansão, qualificação do quadro docente e interiorização em meados da década de 1990. Houve estímulo institucional ao doutoramento dos professores e professoras, aumento na oferta de vagas e surgimento de novos cursos, além da descentralização com a criação de novos campi, inclusive nas periferias e regiões metropolitanas do Rio. O campus de São Gonçalo, onde Eveline e Floriano dão aulas para a graduação, é um exemplo: “[a expansão] colocou a universidade pública no horizonte de um segmento populacional que não tinha isso como perspectiva. Para você ter uma ideia, quando instalaram as cotas o perfil do nosso aluno não mudou”, disse Eveline. Segundo Floriano “Foi todo um investimento, um projeto muito bem desenhado com respostas extremamente positivas por parte do professorado, dos alunos e da reitoria, e foi intensificado com uma política específica que nos tornou não só uma universidade altamente potente do ponto de vista acadêmico, mas também uma universidade popular”.

Mesmo naquele momento, nem sempre os governos disponibilizavam um percentual de investimento condizente com a expansão. Nesse sentido, o financiamento de projetos via Faperj - Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro foi ganhando um peso cada vez maior: “antes era a comunidade universitária que, internamente, decidia as prioridades. Conforme o financiamento se desloca do governo estadual para a Faperj isso se dá segundo uma alteração dos critérios e da lógica de financiamento e gestão dos recursos na universidade”, explica Eveline. Ao mesmo tempo, a extinção de algumas carreiras do serviço público provoca o aumento da terceirização que, como em outras universidades, se concentra nos setores de segurança e limpeza. Ainda assim a UERJ se consolidou como uma das melhores universidades do país: “Hoje a UERJ é uma universidade com altíssimo grau de produção intelectual e com a presença significativa de jovens da periferia, o que torna um casamento perfeito: a universidade atendendo a uma política social. Eu acredito que esse é um dos motivos pelos quais nós estamos sendo atacados”, diz Floriano.

Anatomia do desmonte

“Aí a gente vai chegando ao presente”, continua Eveline. “A forma como a UERJ está sofrendo com a crise econômica-política dá sinais de que há uma intencionalidade nesse ataque”. Ela explica que, desde 2016, quando começaram os atrasos salariais, o governo do Estado do Rio - Luiz Fernando Pezão (PMDB) - já testou várias fórmulas para postergar os pagamentos: “em alguns momentos nós tivemos um simples atraso de dias, com alteração da data do dia útil do mês em que seria pago; aí nós começamos a ter parcelamento, por exemplo, pagava-se uma primeira parcela de 300 reais para todos os servidores estaduais. Depois uma parcela de 500 reais e assim por diante. A partir de determinado momento esse modelo de “gestão dos atrasos”, vamos dizer assim, é substituído por um outro que implica garantir o salário da educação [básica] e da segurança antes dos demais. E esse ano chegasse às raias da loucura com o pagamento que é: paga-se por setores e tem sempre uma parcela de 30 e poucos a 27% do funcionalismo que fica por último. Esses últimos que ficam sem receber qualquer coisa, pois já não há mais parcelamento, são majoritariamente da pasta de ciência e tecnologia [que inclui a UERJ, outras universidades estaduais e a rede de Ensino Médio Faetec]. Já ficamos 3 meses sem nada, sem receber nada. Em algum momento é pago e logo depois começa novamente o atraso de mais 3 meses, que é o que estamos passando agora”.

Além do salário dos professores, os funcionários técnico-administrativos - que estão em greve há quase um ano - também sofrem com os atrasos:

a categoria ainda não recebeu o 13º de 2016. Do mesmo modo, alunos estão ficando sem bolsas de permanência, um problema extremamente grave, considerando ainda o perfil socioeconômico desses estudantes. “A UERJ, ”, diz Floriano, “é uma universidade pública com alto grau de alunos cotistas, então cada aluno cotista recebe uma bolsa. O estado não está pagando essas bolsas. Se nós temos um coletivo de 40% de alunos cotistas, se eu recomeço as aulas nessa situação só garanto a presença de 60%. Os outros não vão ter recursos para ir à universidade. Isso para a gente não pode acontecer. Uma das nossas reivindicações é que a Faperj entre no circuito de financiamento e pague os bolsistas. Tenho alunos bolsistas que são cotistas e às vezes eu chamo uma reunião e aí eu recebo aquele e-mailzinho... ‘não posso’” [emocionado]

A falta de repasses de verbas de custeio completa o ciclo de desmonte da universidade que está sem poder arcar com as despesas mais básicas como manutenção de elevadores e rede de internet, energia e limpeza. “Inclusive, por dois anos consecutivos, o último dia letivo não foi o último dia letivo programado no calendário. Num dos anos deu um apagão geral às 08 da noite - nós trabalhamos justamente no 12º andar - tivemos que descer com os alunos pelas escadas. Outro acabou com a falta de recolhimento do lixo. A empresa terceirizada não recebia os repasses do governo estadual, não pagava os servidores e em um momento retirou-se tudo, a empresa desistiu da concessão do serviço, fez uma demissão em massa... E aí não se recolheu o lixo e a UERJ começou a ter cestos de lixo transbordando, banheiros interditados...”, conta Eveline.

“Até onde eles podem ir”

Embora nenhum dos entrevistados tente negar a existência de uma crise econômica no Rio de Janeiro, o modo como ela tem sido gerida e o tratamento dado ao setor de ciência e tecnologia, tem deixado a comunidade em estado de alerta. “É interessante que a crise salarial no Rio está justamente nos setores da ciência e tecnologia. E o governador, quando ele atrasa o pagamento da segurança, da saúde, ele vai à televisão para justificar. Ciência e tecnologia simplesmente ignora”, diz Floriano. E Eveline completa: [eles] querem ver até onde podem ir. Porque é uma sucessão de medidas de tal voracidade e sem nenhuma ponderação do caráter perverso... um quadro de atrasos tão prolongados recaindo predominantemente só sobre uma fração do funcionalismo significa que você impõe a esse segmento um endividamento gravíssimo, desconstrução das condições de organização da vida. Esse tipo de conduta parece que tem dois efeitos planejados: um é minar as energias, reduzir a possibilidade de resistência. Ao mesmo tempo é testar até que ponto você vai”.

Floriano dá como exemplo a questão da greve dos servidores técnico-administrativos, que esteve a ponto de ser resolvida, mas o recuo do governo inviabilizou a negociação: “Começamos as aulas esperando que os funcionários pudessem retornar; o governador pagou alguns atrasados - e aí faltava um passo para que a universidade suspendesse a greve que era saber qual o dia do próximo pagamento, vai voltar a ficar regularizado? E a resposta do secretário de planejamento foi ‘não, nós não temos previsão’. Quando ele percebeu que nós poderíamos retomar, como de fato retomamos o semestre, logo ele passou a dizer que não poderia mais dar garantia de quando pagar. Foi aí que nós nos demos conta de que havia um maquiavelismo ali, havia uma perversidade. E aí a nossa preocupação de que, afinal, o que está por trás disso? Foi aí que nós começamos a perceber essa possibilidade de que nos tornamos um laboratório do golpe. E em que medida isso nos coloca numa situação duplamente problemática: primeiro em relação às nossas condições de funcionamento concretas; segundo, é a responsabilidade que temos de estar no meio de um experimento que vai certamente atingir universidades públicas do Brasil inteiro”.

Resistências e repressões

Diante dessas constatações, a pergunta que se impõe é: o que fazer? As greves, ocupações e passeatas estão sendo feitas, mas é preciso ir adiante: “Por um lado nós estamos usando as estratégias que a gente pode. Agora, resistência a esse ataque do Estado sai exclusivamente das mãos dos professores e funcionários da UERJ, ele atinge a todos nós. Precisamos discutir mais nacionalmente”, diz Floriano. A dificuldade é ampliada pelo reconhecimento de que o desmonte da educação pública é uma política dos atuais detentores do poder: “o ensino hoje é alvo de interesse do setor privado. Quando a gente vai às ruas reivindicar nossos salários, denunciar, a repressão com que nós somos recebidos demonstra o quanto esse Estado não é nosso aliado, não está junto conosco. Porque, evidentemente, nós somos funcionários públicos, nós somos parte do Estado. E ele deveria estar trabalhando junto com a gente para superar a crise. Mas é o contrário. Ele manda a polícia, e a polícia contra nós é de uma agressividade impressionante”. Sobre a resistência, Eveline pondera: “muito está sendo feito em termos de reação, mas nós estamos batendo numa parede porque a política está sendo operada num quadro de exceção. [Acho] que tem uma tarefa primeira, preliminar, de reconstrução da organização do serviço público. Não é só uma questão de tentar novos atos, é de reconstruir o que nós podemos ser como coletivo. Aprofundar o entendimento do momento que nós estamos vivendo e da força política que nós precisamos ser para enfrentar isso. Porque há resistência, há luta, há capacidade”.

Interseccionalidade e o movimento docente

I Encontro Nacional do GT Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e sexualidades do PROIFES demarca política da entidade em relação a essas temáticas estruturantes na sociedade brasileira

Criado a partir de uma demanda docente no Encontro Nacional do PROIFES de 2016, o Grupo de Trabalho Direitos Humanos: raça/etnicidades, gênero e sexualidades vem pensando as políticas da Federação para essas temáticas. Como resultado das discussões, a Apub - que tem participação ativa nas reuniões nacionais - sediou o I Encontro Nacional do GT, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro, realizado no auditório do Instituto de Biologia da UFBA; estiveram presentes docentes e estudantes da UFBA, e as delegações da ADURN-Sindicato, ADUFRGRS Sindical, Sindiedutec, SINDUFMA, Adufsc, ADUFC, Adufg e Adufscar.



No primeiro dia, a mesa de debate sobre gênero, raça e etnicidades no espaço sindical e movimentos sociais foi composta por Lúcia Helena Rincón, da União Brasileira de Mulheres e primeira secretária de assuntos para mulheres da Contee, que trouxe reflexões a respeito da persistência das desigualdades entre homens e mulheres, especialmente mulheres negras, o que demonstra como as lutas feministas e antirracistas devem estar articuladas necessariamente à luta de classes; em seguida, Vera Lúcia Soares, integrante do projeto USP Mulher e pesquisadora de gênero e políticas públicas para mulheres, afirmou, entre outros pontos, que a situação de golpe enfrentada pelo país não teve

motivos exclusivamente econômicos, mas “também é dirigido às mulheres, às pessoas LGTB, negros, indígenas e demais parcelas da sociedade que nos últimos anos conquistaram direitos e voz no Brasil”. Por último, a professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Liliane Madruga centrou sua fala na apresentação do projeto TransEnem, do qual é coordenadora, que tem o papel de contribuir para a inclusão das pessoas transexuais.

No segundo dia, o debate foi sobre a relação dessas questões com o trabalho docente. Abrindo a mesa, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), João Bosco Hora Góis, falou a respeito da invi-

sibilidade da produção científica das mulheres; a representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim), Cecília Sardenberg abordou o conceito de gênero, que trata da construção social do feminino e masculino, sendo fundamental para se pensar a situação dos homens e mulheres em nossa sociedade; a professora Cristina Teodoro da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab fez um resgate histórico da construção social e da abordagem das raças na estrutura educacional brasileira para introduzir a experiência desenvolvida na Unilab, cujo currículo leva em consideração as lutas antirracistas no âmbito global

e nos lugares, a valorização da diversidade e as diferenças culturais; também professora da Unilab, Catarina Alessandra Rêa, falou sobre teoria queer e como o estudo de gênero é trabalhado na instituição.

As discussões que permearam os dois dias do evento contribuíram para o documento elaborado pelos membros do GT, que foi lido e aprovado pela plenária. Esse material deve direcionar o trabalho do PROIFES e dos sindicatos em suas bases no que se refere à luta pelos Direitos Humanos, inserindo-a como parte essencial de um movimento docente mais inclusivo e dialógico com a realidade social brasileira.

